



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

16/02/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Lira diz não ver possibilidade de alteração na lei que garante autonomia do BC

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse nesta quarta-feira (15) não ver possibilidade de a Casa mudar a legislação sobre a autonomia do Banco Central (BC), cujo presidente, Roberto Campos Neto, vem sendo alvo de críticas do presidente Lula (PT).

Segundo o mandatário petista, a taxa básica de juros, mantida a 13,75%, inibe o crescimento econômico necessário para resgatar o país da pobreza.

Lira afirma que a autonomia do BC é "um avanço, uma conquista dos últimos anos" e que a autoridade monetária independente está alinhada "com o que o mundo pensa".

O presidente da Câmara afirmou que não vê em Campos Neto, "má vontade, má fé, burla" e defendeu que se trate da política monetária com sensatez.

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 16 de fevereiro.

Anúncio de nova regra fiscal será antecipado para março, diz Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), afirmou nesta quarta-feira (15) que o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve antecipar para março o anúncio da nova regra fiscal, que substituirá o teto de gastos.

Em evento do banco BTG Pactual, Haddad também fez acenos ao Banco Central, reforçou a necessidade de harmonia entre as políticas fiscal e monetária, defendendo a redução dos juros, e se mostrou indignado com a crise das Americanas.

"Nós vamos em março provavelmente anunciar o que entendemos que seja a regra fiscal adequada para o país", afirmou.

Haddad dizia até então que pretendia apresentar o arcabouço fiscal até abril. Em seu primeiro discurso como ministro da Fazenda, ele prometeu enviar a proposta ao Congresso Nacional ainda no primeiro semestre deste ano.

Pelo que foi aprovado na PEC (Proposta de Emenda à Constituição) em dezembro do ano passado, o presidente da República deve encaminhar ao Congresso, por meio de lei complementar, um novo regime fiscal até 31 de agosto.

Segundo o titular da pasta econômica, a antecipação foi sugerida pela ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet (MDB), e pelo vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB).

"Já tínhamos puxado para abril por causa da LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias], mas a Simone [Tebet] ponderou, com razão, o próprio Geraldo Alckmin também, que para mandar para o Congresso [Nacional] junto com LDO era bom ter período de discussão", acrescentou.

O projeto de LDO deve ser enviado ao Executivo para o Congresso até 15 de abril de cada ano, e ser devolvido para sanção até 17 de julho do mesmo ano. Dentro desse cronograma, sem que um novo arcabouço fiscal seja apresentado antes, a largada da discussão orçamentária de 2024, que deveria ser 100% Lula, teria de se basear na regra que está em vigor, e que o governo rejeita, o teto de gastos.

O ministro afirmou que a equipe econômica está há dois meses analisando regras fiscais de diversos países e documentos de organismos internacionais. "Nenhum país do mundo adota teto de gastos. Não porque seja mais ou menos rígido, não adota porque você não consegue atingir", disse.

O teto de gastos, aprovado durante a gestão do então presidente Michel Temer (MDB), é um mecanismo que limita o crescimento das despesas públicas à inflação registrada no ano anterior e estava em vigor desde 2017.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 16 de fevereiro.

Bancos projetam 2023 mais difícil que 2022, com crédito mais restrito e cautela com grandes empresas

Os grandes bancos brasileiros projetam um ano de 2023 mais desafiador que o de 2022, marcado por eleições, inflação e juros em alta. Mas a inadimplência das pessoas físicas e o caso Americanas, além da Selic ainda alta, inspiram mais cautela que otimismo no setor.

Apesar das diferenças apresentadas nos resultados do quarto trimestre de 2022, as projeções feitas pelos gigantes do setor financeiro têm em comum um cenário de desaceleração do crédito e maior volume de dinheiro destinado à proteção contra a inadimplência.

De modo geral, os bancos devem promover uma desaceleração no crescimento de suas carteiras de crédito em 2023. No caso das pessoas físicas, a estratégia é aumentar o foco em linhas com menores riscos, como o consignado.

Itaú e Bradesco têm projeções muito parecidas para o crescimento dos empréstimos neste ano. Ambos esperam que suas carteiras cresçam, no máximo, 9% e 9,5% no ano, respectivamente.

O Banco do Brasil está um pouco mais otimista, e espera avanço de até 12%. Mas o crescimento seria impulsionado principalmente pelo agronegócio, segmento que tem os menores índices de inadimplência.

A nova presidente do BB, Tarciana Medeiros, disse que o consignado será uma prioridade em 2023. O banco quer crescer em segmentos do consignado em que já é forte, como na concessão de crédito a aposentados e pensionistas do INSS, mas a ideia também é buscar outros públicos.

"O banco concedeu mais crédito do que deveria durante a pandemia, e foi uma lição aprendida por nós. Temos que estar sempre um ponto antes da curva, e por isso vamos continuar, em 2023, sendo mais restritivos no crédito para pessoas físicas, especialmente de baixa renda, e para micro e pequenas empresas", comentou Octavio da Lazari Júnior, presidente do Bradesco, ao apresentar os números.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 16 de fevereiro.

Campos Neto vê 'perda de flexibilidade' com mudança da meta de inflação

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, disse nesta segunda-feira, 13, que uma mudança da meta de inflação teria como "efeito prático a perda de flexibilidade", em resposta às críticas que tem recebido do governo Lula pelo alto patamar dos juros na economia.

Em entrevista ao programa Roda Viva, a primeira desde que está sob fogo cruzado do próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de ministros e do PT, Campos Neto defendeu "aperfeiçoamento" no sistema de metas, mas disse que em nenhum momento isso significa revisar o patamar deste e do próximo ano para o controle da inflação.

"Em nenhum momento a gente defende simplesmente aumentar a meta, no sentido de ganhar flexibilidade, mesmo porque não é nossa crença. A gente acredita que, se faz uma mudança de meta no sentido de ganhar mais flexibilidade, o efeito prático vai ser perder flexibilidade", afirmou.

Neste ano, a meta é de 3,25%, enquanto que em 2024 é de 3%. O patamar é definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que, além de Campos Neto, é formado pelos ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento). A mudança nas metas permitiria uma inflação maior e abriria, em tese, caminho para uma queda mais rápida dos juros.

O presidente do BC disse discordar do grupo de economistas que afirma acreditar que a meta atual é muito difícil de ser atingida porque foi fixada num momento de inflação mundial baixa por causa dos efeitos da economia.

Ele disse ainda fazer parte de outra corrente que entende que uma mudança neste momento, "sem ter um ambiente de tranquilidade, vai gerar um efeito contrário ao desejado".

Chamado por Lula de "esse cidadão" e sob suspeita de que age para desestabilizar o governo petista, Campos Neto disse na entrevista que só esteve com Lula uma vez, no dia 30 de dezembro - portanto, antes da posse - e que está disposto a conversar com o presidente. Disse ainda que o resultado das eleições foi legítimo e que nunca fez campanha, mas desenvolveu "proximidade" com integrantes do governo de Jair Bolsonaro.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 16 de fevereiro.